

## “A crónica em Maria Ondina Braga e Clarice Lispector: ver e tomar conta do mundo”

Isabel Cristina Mateus

[icmateus@elach.uminho.pt](mailto:icmateus@elach.uminho.pt)

Manuel António Pina, poeta e cronista que muito admiro, conta que um jornalista de uma Rádio Universitária lhe perguntou um dia para começo de entrevista: “**o que é isso de crónicas?**”. O experiente cronista que durante anos manteve uma coluna diária no *Jornal de Notícias*, confessa ter ficado em pânico como um trapezista que tivesse falhado o salto, sem resposta a que se agarrar. Pouco habituado a trabalhar sem rede como na Rádio, e ainda mal refeito do susto, eis que o jornalista avança com nova pergunta: “**E para que servem as crónicas?**”

Manuel António Pina diz não se ter lembrado de Santo Agostinho como tábuas de salvação: “se me perguntam o que é uma crónica, não sei; se não me perguntam, sei”. As crónicas fazem-se a si próprias, sendo o cronista quem menos importa. “*E se lhes chamo **crónicas** é porque não sei que nome dar a isto.*” **Isto** é como quem diz “**uma coisa em forma de assim**”, definição engenhosa e irónica que é também o título de um volume de crónicas de Alexandre O’Neill, publicadas em *A Capital* ou no *Diário de Lisboa*.

A dificuldade em definir uma forma tão esquiva, proteica ou predadora como a crónica, um género poroso, de fronteiras móveis ou fluidas, é experimentada por todos os que por ele se deixam seduzir. E nesse modo de ser informe, arriscam o voo no trapézio do pensamento, o salto de liberdade que lhes permite atravessar o confinamento quotidiano.

Para António Pina, as crónicas são “**anacrónicas**” por natureza, tendo em conta a sua efémera duração, a actualidade de que nascem, já murcha

no momento em que passam ao papel. Auto-ironicamente desvalorizadas como um género menor, sem grande valor literário, elas serviriam apenas, tal como o jornal, para **embrulhar peixe no dia seguinte**; ou para garantir ao cronista um modo sustentável de **“alimentar a legião de gatos que tem lá em casa”**.

Onésimo Teotónio de Almeida prefere chamar-lhes **“diacrónicas”**: filhas de Cronos, nascidas do presente, podem esperar adormecidas num bloco de notas ou num caderno até que as circunstâncias ou o acaso as façam nascer para a escrita. Também porque a pulsação literária de algumas, a intimidade intransmissível de um olhar, e o fulgor da linguagem, fazem com que atravessem o tempo e alcancem a eternidade.

*Diacrónicas* são certamente as crónicas de Clarice Lispector e Maria Ondina Braga, duas escritoras não apenas cronologicamente contemporâneas (Clarice nasce em dezembro de 1920 e Maria Ondina em janeiro de 1922, celebrando-se este ano o centenário do seu nascimento), mas entre as quais se estabelecem várias afinidades literárias. Desde logo, o facto de ambas terem procurado ocultar ou rasurar **a data** de nascimento biológico enquanto forma de construção de *identidade autoral*: Maria Ondina adia em dez anos a sua data de nascimento, procurando fazer coincidir a data de nascimento **como escritora** com a data da morte do pai, dez anos depois do nascimento biológico, em 1932 (facto que, de resto, é também uma construção); Clarice recorre à proliferação e alternância de datas — entre 1925, 1926 e 1927. Em qualquer dos casos, ambas as escritoras se empenharam activamente na legitimação destas datas, difundidas em lugares institucionais e legitimadores como histórias da literatura, enciclopédias e outras obras de síntese ou mesmo através da alteração de documentos oficiais como um cartão de eleitor ou da

mistificação através de entrevistas concedidas aos media. O I *Volume das Obras Completas de Maria Ondina Braga* (Autobiografias Ficcionalis) que acaba de ser publicado em Portugal pela Imprensa Nacional, inclui uma nota dos coordenadores da edição onde se chama a atenção para esta singularidade que une as duas escritoras (e às quais se juntou este ano o nome de Lygia Fagundes Telles, curiosamente grande amiga e correspondente de Maria Ondina).

Um dos laços que une as duas escritoras é, desde logo, o facto de ambas se terem deixado tentar pelo ofício de cronista. Não me refiro, naturalmente, às colunas de aconselhamento feminino que Clarice mantém, como *ghost-writer* da famosa estrela de cinema Ilka Soares, no início da década de 60, no *Diário da Noite*. Refiro-me à coluna regular assinada pela escritora, todos os sábados, no *Jornal do Brasil*, entre 67 e 73. Divorciada desde 59, Clarice não precisava de alimentar “gatos”, como Manuel António Pina, mas de alimentar os seus dois filhos, depois de ter vivido em Nápoles e Berna ou visitado países como Marrocos, Argélia, Guiné-Bissau ou Egipto. Clarice pretende criar raízes, recusando seguir o marido na sua carreira diplomática e garantir estabilidade para os filhos, em particular, tranquilidade para a doença do filho mais velho.

Nessa mesma década, Maria Ondina andava em trânsito pelo mundo. A escritora portuguesa deixara, em 55, a pequena cidade nortenha onde nascera, Braga, para ir trabalhar como preceptora em Inglaterra (Worcester) e seguir estudos de língua inglesa em Londres. Numa das entrevistas que concedeu em vida, chegará mesmo a afirmar que foi “**a primeira mulher a sair de Braga com 22 anos, sozinha, directamente para Inglaterra**” (o que, sublinhado meu, não pode ser tomado à letra, tendo em

conta a alteração da data de nascimento que atrás sublinhei). Do Reino Unido, Maria Ondina segue para França e daí para Angola, Goa, Macau, China, onde virá a ser, mais tarde, professora convidada na Universidade de Pequim. Além da experiência de emigrante e de auto-exílio, confluem na escritora portuguesa a experiência de viajante e de turista. O seu trajecto de vida é notável para uma mulher nascida numa cidade conservadora do norte, no Portugal do antigo regime quando à mulher pouco mais era reservado do que o espaço doméstico: sozinha, andou pelos quatro continentes, viajou pelo Vietname, Singapura, Sri Lanka, Índia, Paquistão, Egipto, Somália Francesa, Guiné-Bissau; visitou a Itália e a Alemanha, atravessou o Atlântico a bordo de um cruzeiro e andou pelo Brasil, Recife, Baía, Rio de Janeiro, entre outros lugares.

Apesar de ter colaborado em jornais, entre os anos 70 e 80, nomeadamente no *Diário Popular* e nas revistas *Mulheres* ou *Sábado*, Maria Ondina Braga não chega a assinar uma coluna como cronista, publicando pontualmente algumas crónicas ou recensões de livros. Uma singularidade que talvez se deva quer ao intenso trabalho como tradutora (que lhe assegura um meio de subsistência), quer à necessidade de tempo livre para a escrita, quer ainda a uma espécie de alergia a tudo o que é rotineiro ou monótono como os movimentos de um peixe num aquário: seja a reza constante no ambiente familiar da sua infância, a rotina da vida conjugal ou o compromisso com um jornal, o ritual semanal de uma crónica.

Ainda assim, a prática cronística, permitindo colher na rede dos dias materiais diversos, peixe, algas, plásticos, destroços, imagens, memórias, atrai o olhar nómada da escritora que em blocos de apontamentos ou em papéis soltos vai anotando assuntos possíveis. O seu é um dos raros nomes de mulheres cronistas no meio literário português anterior à revolução de

Abril (e mesmo posterior), ao lado de Irene Lisboa, Maria Judite de Carvalho ou Maria Teresa Horta: a crónica, observa Carina Infante do Carmo, pelo que pressupõe de opinativo, mas também pelo que expõe de pessoal ou de íntimo, é um género em que as mulheres não têm presença significativa em Portugal.

O primeiro livro a ser publicado, em 1965, (não exactamente o primeiro a ser escrito), assinado por “Maria Ondina”, é assim um conjunto de crónicas sobre a sua passagem por Angola, Goa e Macau. “Eu Vim para Ver a Terra” é o título genérico dessas crónicas e simultaneamente o princípio programático de uma voz autoral que assertivamente se afirma na primeira pessoa e em quem convivem a cronista e a autora de narrativas intimistas de cariz autoficcional:

*“Eu vim para ver a terra.*

*Eu toda livre de compromissos, quer apostólicos, quer políticos, e assim de qualquer miragem materialista, qualquer fim, qualquer fixação — alguém porventura melhor do que eu para afirmar por escrito, e com letras maiúsculas, como vale a pena vir a África para ver a terra?”*

Ver a terra significa para a escritora observar a diversidade de geografias, à pluralidade das gentes, culturas e crenças; estar atento ao pulsar do mundo, às plantas e aos animais, incluindo os répteis ou insectos (osgas, aranhas e formigas) que frequentemente irrompem nas suas páginas. Significa, acima de tudo, ver com o olho **de dentro**, desperto pelas sensações, com o olho íntimo da imaginação, o “**essencial absoluto**”, para usar aqui as palavras de Lídia Jorge justamente a respeito de Clarice, isto é, “**aquilo que é invisível aos olhos e não narrável a passo de Krónos**”. Talvez

por isso, numa das cartas a Maria Ondina, um escritor como Carlos Néjar tenha sublinhado o seu “**dom de ver**”.

Cinco anos mais tarde, Clarice dirá aproximadamente o mesmo numa das suas crónicas: “**Eu tomo conta do mundo**”. Ver a terra é para ela tomar conta do mundo, do mar, das amendoeiras da rua, das árvores, do menino vestido de trapos, das flores, das formigas e das abelhas. “**Da mulher que vi na rua. E dos milhares de favelados pelas encostas acima**”, afirma Clarice. “**Hão-de me perguntar porque tomo conta do mundo: é que nasci assim, incumbida**”.

Em 1969, na crónica “Doçura da Terra”, a escritora declarou a importância de “descobrir a terra”. Sublinhando que, apesar de gasta, a expressão, “todo homem deveria em algum momento redescobrir a sensação que está sob **descobrir a terra**”:

*“De algum modo tudo é feito de terra. Um material precioso. Sua abundância não o torna menos raro de sentir — tão difícil é realmente sentir que tudo é feito de terra. Que unidade. E por que não o espírito também? Meu espírito é tecido pela terra mais fina. A flor não é feita de terra?*

*E pelo fato de tudo ser feito de terra — que grande futuro inesgotável nós temos. Um futuro impessoal que nos excede. Como a raça nos excede.*

*Que dom nos fez a terra separando-nos em pessoas — que dom nós lhe fazemos não sendo senão: terra. Nós somos imortais. E eu estou emocionada e cívica”*

Tal como para Ondina, também para Clarice ver a terra, tomar conta da casa comum, significa estar atento à espantosa realidade (e diversidade)

das coisas, ao desconhecido, oculto ou invisível. Significa um modo de empatia ou *compaixão* “**pelo que é vivo**”, nas palavras de Clarice, um modo de olhar com os olhos do outro. Significa mudar de perspectiva, como quem olha a terra a partir do espaço. Significa, em especial, um modo de ver, de destapar o quotidiano com a lente da poesia. Porque a poesia, como ainda há poucos dias ouvi ao poeta João Luís Barreto Guimarães, é para isso que serve: para ajudar a destapar o mundo, descobrindo-o, revelando-o aos nossos olhos. Sem ela, quantos saberiam ver, como Tomas Transtörmer, que “*uma lagoa é uma janela para o interior da terra?*”

A crónica que resiste à morte e ao esquecimento, ao poder devorador de Cronos, é aquela em que perdura a lente da linguagem poética. Em que se descobre e dá a ver ou outro lado dos dias. Ou subitamente se destapa o sentido de um quotidiano veloz ou absurdo.

Clarice terá sido despedida do jornal por não saber escrever crónicas e, no entanto, a ela se devem crónicas que vão muito para além do tempo efémero de um jornal. “O escritor, se legítimo, sempre se delata”, escreveu uma leitora, reconhecendo Clarice o gesto paradoxal de escrever uma crónica: “lado a lado com o desejo de defender a intimidade, há o desejo intenso de me confessar em público e não a um padre”. Em Clarice, como em Maria Ondina, a prática cronística, para além de descobrir esse lado íntimo, assume frequentemente um carácter experimental, não sendo raro que personagens, temas, motivos ou acontecimentos se desloquem da crónica para a ficção ou dêem origem a formas híbridas como a crónica-conto ou poema. “**Crónicas- quase poemas**” é o título que Maria Ondina dá ao conjunto de crónicas que constituem a segunda parte de *A Revolta das Palavras*, publicado em 75. E nelas o olhar íntimo da cronista faz conviver no exíguo espaço da crónica os caminhos e os lugares do mundo

percorridos, as salas de espera e as estações, tempos e memórias várias, as janelas onde o olhar se debruçou, os mercados de África ou de Goa, da China ou de Londres, as feiras minhotas da sua infância, as baianas de saia rodada e colares de feitiço nos mercados brasileiros e as mulheres de véus cor de fogo nos mercados de Jibuti. Em todas elas, a lente do olhar destapa imperceptíveis e invisíveis fios de sentido.

A condição das mulheres nas diferentes geografias e culturas é um dos temas marcantes da escrita de Maria Ondina Braga, como é também para Clarice. O conhecido momento epifânico de personagens comuns em muitos contos de Clarice, (“Amor”, por exemplo), em que a mulher toma consciência de si, e se vê no espelho dos outros, em que se destapa o perigo de viver e acorda a necessidade de agarrar cada instante, está igualmente presente em muitas narrativas de Maria Ondina Braga. Pode não ser o encontro com um cego a mascar chiclete num bonde da cidade, depois das compras, mas uma mulher anónima irrompendo no comboio do quotidiano. Ângela em fuga para Londres; Amélia, a mulher do lenço no comboio para Lisboa, a braços com um difícil tratamento de depilação; ou um corte inesperado do cabelo, em “*A Trança*”, um gesto que rima “com o mistério do momento e as coisas que não têm explicação” (*A Mulher do Lenço* e *A Trança*, são ambos contos que integram a primeira parte de *A Revolta das Palavras*).

“*A Cigana*”, uma crónica-conto publicada no Diário Popular em Janeiro de 71 (e não recolhida em livro) dá-nos conta de um desses encontros marcantes para a escritora, quando ainda assinava Maria Ondina. O encontro com uma cigana grávida que lhe bate à porta e lhe pede que dê alguma coisa à criança que a acompanha. A menina tem o mesmo nome da autora e dessa coincidência nascerá uma relação de amizade.



Numa das visitas, a menina diz querer casar, ter um homem e mandar nos filhos, como a mãe. A imagem especular não deixará de confrontar a autora com as suas próprias opções de vida, com a renúncia ao casamento e à gravidez, como forma de viver apenas e só pela escrita: **“a única coisa que me deu gosto mesmo na vida, o que na verdade me interessou, foi escrever”**. Uma sina ou predestinação, diz Ondina. Uma maldição, afirma Clarice. Mas uma maldição que salva: *“salva o dia que se vive e que nunca se entende a menos que se escreva”*. As crónicas são esse exercício, esse ensaio quotidiano do olhar (*short essay* é, de resto, a designação usada pelos anglo-americanos). Descobrir-se no corpo a corpo com as palavras, vencer o pânico a bordo dos dias, resgatar do esquecimento o momento que passa, talvez seja para isso que as crónicas servem.